



Estado de São Paulo

CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Sala das Comissões

Parecer Projeto de Lei nº 143 de 2023



RELATÓRIO

PROCESSO Nº 193 DE 2023.

Em estrita observância às determinações normativas insculpidas nos artigos 35, 37, 38 e 39 harmonizados com as disposições do artigo 45 da Resolução 276, datada de 09 de novembro de 2010, que regula o respeitável Regimento Interno desta respeitável Câmara Municipal, é com elevada responsabilidade que as Comissões Permanentes de Justiça e Redação; Comissão de Educação, Saúde, Esporte, Cultura e Assistência Social, Comissão de Obras, Serviços Públicos e Atividades Privadas e a Comissão de Finanças e Orçamento se unem na nobre missão de apresentar o presente Relatório em relação ao Projeto de Lei n.º 143 de 2023, cuja paternidade legislativa é atribuída ao Excelentíssimo Senhor Prefeito, o nobre Paulo de Oliveira e Silva.

É imperioso salientar que o Vereador Marcos Paulo Cegatti, ilustre ocupante da presidência da Comissão de Justiça e Redação, ostenta a relevante função de relator neste contexto, sendo-lhe confiada a missão de examinar minuciosamente o conteúdo do presente Relatório

I. Exposição da Matéria

O presente Projeto de Lei surge como instrumento essencial para conferir ao Município de Mogi Mirim a devida autorização legislativa visando à doação de uma área de terreno, patrimônio municipal, ao Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), regido pela Lei Federal nº 10.188, datada de 12 de fevereiro de 2001, representado pela Caixa Econômica Federal (CEF). A mencionada área encontra-se situada no imóvel denominado "BARREIRO," localizado no Distrito de Martim Francisco.

Impende ressaltar que o bem imóvel em discussão será destinado ao Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), integrando os bens e direitos do FAR. Essa disposição tem como desiderato manter a segregação patrimonial e contábil dos haveres financeiros e imobiliários inerentes ao referido Fundo.

Cabe salientar que o imóvel objeto desta matéria foi previamente desapropriado mediante o Decreto de utilidade pública nº 8.573/2022 e pela Lei Municipal nº 6.426/2022, delineando seus destinos para finalidades habitacionais.

O Fundo de Arrendamento Residencial (FAR) assume o compromisso de destinar o imóvel doado exclusivamente à construção de unidades residenciais voltadas à população de baixa renda. Esta ação não apenas coaduna-se com os



Estado de São Paulo

CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Sala das Comissões

Parecer Projeto de Lei nº 143 de 2023

objetivos do Programa Minha Casa Minha Vida, mas também se alinha com o propósito de proporcionar moradia digna àqueles estratos sociais mais vulneráveis.

É imperioso ressaltar que, para os fins específicos dessa doação, o imóvel em questão gozará de isenção do recolhimento de tributos relacionados ao Imposto de Transmissão de Bens Imóveis (ITBI) até a transferência para o beneficiário contemplado, bem como do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) enquanto permanecer sob a propriedade do FAR. Ademais, ficará isento de taxas e/ou tarifas de serviços urbanos enquanto permanecer sob a mencionada propriedade.

Destarte, o presente Projeto de Lei consubstancia-se como um instrumento legislativo necessário para viabilizar a doação, alinhando-se com os preceitos legais e os objetivos sociais de relevância pública.

II. Do mérito e conclusões do Relator

No que concerne à presente proposta de doação de área rural, advinda da desapropriação pelo Decreto de utilidade pública 8.573/2022 e pela lei autorizativa 6.426/2022, destinada a fins habitacionais, ressalta-se, a princípio, que não se vislumbra a necessidade de desafetação da natureza da área. Este entendimento fundamenta-se no teor do artigo 1.º da minuta em questão, considerando que a destinação da área desapropriada já foi definida para a construção de moradias populares.

É imperativo destacar que a donatária do imóvel assume encargos específicos, e a inobservância destes ensejará a retrocessão da área ao Município. Além disso, a minuta da doação contempla a isenção de impostos e taxas tanto para a donatária quanto para os futuros beneficiados.

Em relação à natureza rural da gleba, é fundamental proceder à averbação de zoneamento urbano na matrícula do imóvel. Tal providência visa adequar a área às futuras finalidades habitacionais, garantindo a conformidade com as normativas urbanísticas vigentes.

Cumprе salientar que a doação de área pública, conforme preconizado na Lei Orgânica Municipal, encontra-se respaldada no artigo 31, conferindo ao Executivo a iniciativa e competência para tal, ressalvadas as doações decorrentes de acordo judicial homologado.

A presente proposta, pautada nos preceitos legais e no interesse público, almeja contribuir significativamente para a concretização de políticas habitacionais essenciais ao desenvolvimento do município. Ressalta-se, portanto, a importância do respaldo desta Casa Legislativa para a efetivação deste relevante projeto.





Estado de São Paulo

CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Sala das Comissões

Parecer Projeto de Lei nº 143 de 2023

Em uma análise técnica minuciosa da mencionada propositura, constata-se a ausência de quaisquer obstáculos jurídicos que impeçam sua tramitação. Com efeito, o projeto em questão revela-se isento de qualquer mácula que possa comprometer sua legitimidade e compatibilidade com o ordenamento legal vigente.

Nesse contexto, é imperativo destacar o escorreito cumprimento das normas e procedimentos previstos, conforme delineado anteriormente. Em conformidade com o referido regramento, ressalta-se que a iniciativa para a apresentação do Projeto de Lei partiu do Prefeito Municipal, seguindo, assim, as premissas estabelecidas na legislação aplicável. Neste aspecto, não são identificados quaisquer apontamentos que mereçam ser suscitados.

Adentrando em uma esfera técnica mais ampla, que abrange as questões de ordem legislativa e ortográfica, observa-se que o projeto em análise atende integralmente aos ditames da Lei Complementar n.º 95/1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis. Adicionalmente, as regras gramaticais em vigor foram estrita e meticulosamente respeitadas, atestando a qualidade e a conformidade linguística do texto normativo.

Desta maneira, tanto do ponto de vista jurídico quanto no âmbito gramatical, não são identificadas quaisquer irregularidades que possam lançar sombras sobre a propositura em análise, a qual se apresenta em estrita conformidade com as normas e os princípios que regem nosso ordenamento jurídico.

III. Substitutivos, Emendas ou subemendas ao Projeto

Nesta análise exaustiva, é importante ressaltar que esta relatoria, embasada em criteriosa avaliação, não identificou a necessidade de propor emendas ou subemendas ao Projeto em análise.

IV. Decisão do Relator

Dessa forma, esta Relatoria, após meticulosa análise, chega à conclusão de que a presente propositura não revela quaisquer vícios de inconstitucionalidade que possam prejudicar a sua tramitação. Baseado nessa análise minuciosa, é com satisfação que este parecer é apresentado como **FAVORÁVEL** à aprovação do Projeto de Lei em questão. A ausência de impedimentos de ordem constitucional e legal confirma a sua plena adequação ao ordenamento jurídico e às políticas públicas do município. Portanto, a recomendação é de que este Plenário aprecie a presente propositura com vistas ao benefício da coletividade.





Estado de São Paulo

CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Sala das Comissões

Parecer Projeto de Lei nº 143 de 2023



Vereador Marcos Paulo Cegatti
Presidente CJR/Relator

PARECER CONJUNTO DA COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO, COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, SAÚDE, ESPORTE, CULTURA E ASSISTÊNCIA SOCIAL, COMISSÃO DE OBRAS, SERVIÇOS PÚBLICOS E ATIVIDADES PRIVADAS E COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO REFERENTE AO PROJETO DE LEI Nº 143 DE 2023 DE AUTORIA DO PREFEITO MUNICIPAL PAULO DE OLIVEIRA E SILVA.

Em estrita consonância com o voto proferido pelo eminente Relator e no fiel cumprimento das determinações normativas consagradas nos artigos 35, 37, 38 e 39 aliados às disposições contidas no artigo 45 da Resolução 276, datada de 09 de novembro de 2010, as Comissões Permanentes de Justiça e Redação, Comissão de Educação, Saúde, Esporte, Cultura e Assistência Social, Comissão de Obras, Serviços Públicos e Atividades Privadas e a Comissão de Finanças e Orçamento, conjuntamente e de forma unânime, formalizam o presente Parecer, no qual se manifestam de modo **FAVORÁVEL** à apreciação do Projeto de Lei em análise.

A nossa decisão, respaldada em criteriosa análise técnica e na escrupulosa observância das normas e diretrizes pertinentes, ratifica a plena adequação e legalidade da propositura, conferindo-lhe um selo de aprovação em consonância com os interesses da comunidade mogimiriana. A tramitação deste projeto se apresenta como um passo significativo em direção ao progresso e ao desenvolvimento ordenado de nossa estimada cidade, demonstrando que os Poderes Legislativo e Executivo estão alinhados em prol do bem-estar e da qualidade de vida de nossos munícipes.

Sala das Comissões, 06 de dezembro de 2023.

COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

Vereador Marcos Paulo Cegatti
Presidente/Relator

Vereador João Victor Coutinho Gasparini
Vice-Presidente

Vereador Márcio Evandro Ribeiro
Membro

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, SAÚDE, CULTURA, ESPORTES E ASSISTÊNCIA SOCIAL



Estado de São Paulo

CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Sala das Comissões

Parecer Projeto de Lei nº 143 de 2023



Vereador Luzia Cristina Cortes Nogueira
Presidente

Vereadora Lúcia Maria Ferreira Tenório
Vice-presidente

Vereadora Joelma Franco da Cunha
Membro

COMISSÃO DE OBRAS, SERVIÇOS PÚBLICOS E ATIVIDADES PRIVADAS

Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães
Presidente

Vereadora Mara Cristina Choquetta
Vice-presidente

Vereador Ademir Souza Floretti Junior
Membro

COMISSÃO FINANÇAS E ORÇAMENTO

Vereador João Victor Coutinho Gasparini
Presidente

Vereadora Mara Cristina Choquetta
Vice-Presidente

Vereadora Luzia Cristina Côrtes Nogueira
Membro

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE - PROTOCOLO: - - - 9G1M-NBKF-MNB3-6F6M



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo



Assinaturas Digitais

O documento acima foi proposto para assinatura digital na Câmara Municipal de Mogi Mirim. Para verificar as assinaturas, clique no link: <https://mogimirim.siscam.com.br/documentos/autenticar?chave=9G1MNBKFMNB36F6M>, ou vá até o site <https://mogimirim.siscam.com.br/documentos/autenticar> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido:

Código para verificação: 9G1M-NBKF-MNB3-6F6M

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE - PROTOCOLO: - - - 9G1M-NBKF-MNB3-6F6M